

# **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**

CCH- Centro de Ciências Humanas e Sociais

Escola de Educação - Curso de Pedagogia



Monografia

**Orientador:** Claudia Fernandes

**Discente-Pesquisador:** Vinicius Carvalho de Aragão Santana

**Matricula:** 20091351074

vinyaragao@hotmail.com

**Título: APROVAR A REPROVAÇÃO OU REPROVAR A QUALIDADE**

Rio de Janeiro,

Vinicius Carvalho de Aragão Santana

# **APROVAR A REPROVAÇÃO OU REPROVAR A QUALIDADE**

Monografia apresentada ao curso de graduação da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2013

## Agradecimento

Aos meus pais, meus professores, meus familiares e meus amigos. Ficaram do meu lado em momentos difíceis e não deixaram com que eu me abatesse, nem desanimasse.

Obrigado.

## Índice

1. Introdução.....	2
2. Justificativa.....	3
3. Objetivos .....	5
4. Fundamentação Teórica .....	6
5. Metodologia .....	15
6. A Pesquisa e seus achados .....	17
7. Para concluir.....	32
8. Referências Bibliográficas .....	33
9. Anexo 1 .....	34

## 1. Introdução

Ao analisar os grandes problemas da Educação no século XX, pode-se colocar a reprovação, o desestímulo e a desistência - que se concretizam com o abandono da escola - como uma reação em cadeia. Isto é, uma sequência de fatores que podem resultar no fracasso escolar.

Qual seria a solução para esse problema?

Este trabalho tratará da promoção automática. Uma abordagem histórica que analisa as principais justificativas, passando por debates que contemplam a dualidade de sua proposta e contextualizando o momento em que foi instaurada com o cenário político da época.

Este debate já é centro do interesse de muitos autores, entretanto esta pesquisa questiona até que ponto a aprovação automática contribui para o não abandono e a desistência da escola por parte dos estudantes ou é prejudicial para o andamento das aulas. A adoção da promoção automática coloca muitas questões para as práticas educativas cotidianas na escola, bem como para as práticas docentes, como por exemplo, se o professor deve decidir entre avançar com o ensino dos conteúdos e prejudicar os que não sabem, ou voltar com o conteúdo e retardar o andamento da turma.

A pesquisa dará ênfase não só na questão da aprovação/reprovação, mas fará também uma crítica ao modo como a avaliação vem sendo realizada.

## 2. Justificativa

Pensar, historicamente, a questão da promoção automática é imprescindível para que se possa entender toda a conjuntura que propiciou que se estabelecesse, em diversas cidades e municípios do país, esta medida.

É importante frisar que os problemas que impulsionaram tais determinações (altas taxas de repetência e evasão escolar), ainda são um tema em pauta nos dias de hoje, isso porque não foram resolvidos ainda de forma satisfatória.

A importância desta pesquisa se dá no campo da avaliação; debatendo e discutindo novas abordagens que sejam favoráveis para a resolução de tais temas. Isto é, de que maneira pode-se avaliar um aluno, levando em consideração suas especificidades, particularidades e tempo de aprendizagem; sem “nivelar por baixo”, sem que este aluno conclua determinado período de estudo sem obter o conhecimento necessário para que inicie a nova etapa com base para isto. E como o professor, sendo o mentor disto tudo, pode criar um critério, que contemple todas estas questões com imparcialidade; sem favorecimentos.

Levantar estes assuntos causa incômodo para o educador. Se tais indagações já tivessem uma solução, certamente estaríamos vivendo um sistema educacional sem problemas como evasão escolar e analfabetismo em séries avançadas. Entretanto é necessário – mais que isso, é urgente. – que continuemos a procurar soluções para estes pontos. Seguir a utopia da avaliação perfeita pode não ser real, mas com certeza serve como alicerce para que se continue a criar procedimentos que contribuam para que a educação pública do país possa melhorar.

Identificar os problemas da educação, discutir, e levantar soluções; é o primeiro passo para se alcançar o que tanto nós, pedagogos, desejamos durante décadas. Nada acontece do dia para a noite. Não se pode sentar, cruzar os braços e esperar que o problema se resolva sozinho, com as soluções caindo do céu. Este é um tema que vem sendo discutido ao longo de muitos anos. Vários aspectos devem ser devidamente pesquisados e colocados em análise. Relacionando-os não só com o que seria ideal, mas também com a realidade do que pode ser feito. Trata-se de caminhar, e levantar novas propostas; visando

não a irrealidade de uma educação pública perfeita. E sim a objetividade do que é possível ser feito, com os recursos existentes.

### 3. Objetivos

1- Discutir o tema da Aprovação Automática, suas peculiaridades e construção do entendimento de como foi instaurada, a partir de uma abordagem histórica dos fatos.

2- Apontar a diferença entre os conceitos de *promoção automática*, *progressão continuada* e o *sistema de ciclos*.

3- Pesquisar a atual conjuntura da forma de avaliação nas redes públicas, do Estado do Rio de Janeiro.

4- Contextualizar com a contemporaneidade dos fatos e refletir em novas políticas pedagógicas.

## 4. Fundamentação Teórica

### **Cenário que antecede a Promoção Automática e a questão do Fracasso Escolar**

Para alcançar um nível de entendimento que aprofunde discussão, sobre os prós e contras da aprovação automática, é necessário que adentremos no século XX, onde começaram a surgir as pequenas manifestações que exigiam uma nova forma de avaliação que pudesse acabar com uma política de reprovação massiva que atingia e desestimulava principalmente alunos da escola primária.

Embora o governo estivesse fazendo grandes investimentos na construção de escolas e na gestão dos sistemas pedagógicos das mesmas; foi observado que o fracasso escolar havia se instaurado principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

Segundo Viégas (2009) durante o período da primeira república, em 1918, a defesa da *promoção automática*, assim como a utilização deste termo, aparece pela primeira vez em uma carta de Sampaio Dória – que dois anos depois assumiu o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública e promoveu diversas reformas no ensino ao longo de sua vida –, intitulada: “Contra o Analfabetismo”, que sugeria que fossem promovidos, do primeiro para o segundo período, todos os que se beneficiaram com o ano de estudo. E apenas só seria possível a repetência, caso o aluno estivesse atrasado e não houvesse candidato para sua vaga. Ele também faz referência a outros métodos como a gratificação de professores por alunos aprovados, a simplificação do programa escolar e a criação de classes para alunos atrasados. Entretanto sua proposta não foi aceita.

Conforme Tura e Marcondes (2011) a réplica de Sampaio Dória apareceu tempos depois, no “Anuário de Ensino” com novos argumentos que embasavam a proposta anterior. O texto afirma que o motivo pelo qual a aprovação automática se faz necessária, seria de que não há vagas suficientes nas escolas públicas, e que os alunos que ficavam reprovados, impediam que novos alunos pudessem entrar para cursar. Ou seja, a lógica do argumento se dava a partir da premissa de que: não é justo deixar que um “bom aluno” seja prejudicado, e deixe de estudar, por conta dos atrasados, que ficaram reprovados e, por isso, impediram a abertura de novas vagas.

Portanto, como se pode perceber, havia um novo contexto, em que a promoção automática surge não apenas como uma política de estímulo, mas também como uma proposta que tinha como objetivo a liberação do fluxo escolar, que no momento encontrava-se congestionado.

Durante a segunda metade do século XX, pesquisas e estudos já estavam sendo feitos para levantar as causas da evasão, e foi apontada a reprovação como sendo a principal responsável. E os estudos a respeito do tema, continuavam a ser feitos, no sentido de diminuir a situação de desigualdade de oportunidades (FERNANDES, 2000; MAINARDES, 1998). Um exemplo disto foi o ensaio “Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno”, texto de Moreira Leite, publicado em 1959 e publicado pela revista *Pesquisa e Planejamento*. O autor argumenta e critica a reprovação, colocando-a como uma prática inútil e que propicia à criança: a incapacidade, descrédito com relação à escola ou ambos. Autores como Almeida Junior (1957) e Luis Pereira (1958), também foram referências, e publicaram artigos que contribuíram fortemente para a discussão do assunto.

A partir deste problema – fracasso escolar – que já se encontrava instaurado na educação brasileira, foram conduzidos investimentos que pudessem contornar esta realidade. A partir da premissa de democratização do ensino básico; houve programas que tinham como objetivo a redução deste entrave da educação, como por exemplo, a expansão das matrículas e expansão de séries da educação elementar. Porém, não foi obtido o resultado desejado em nenhuma destas propostas.

No período Desenvolvimentista, anos 50, as ideias começam a tomar corpo, e em documento oficial, a UNESCO reconhece como necessária a ampliação da educação primária, e este documento “apresenta o problema da repetência escolar e o prejuízo financeiro que isso causa, e como uma de suas principais sugestões propõe a revisão do sistema de promoções na escola primária com o fim de torná-lo menos seletivo.” (TURA; MARCONDES, 2011, p.100)

Na década de 60 a promoção automática ganhou espaço e conseguiu se firmar através de um programa experimental, que segundo Viégas, ocorreu em São Paulo, no Grupo Escolar Experimental da Lapa. Entretanto, nesta escola, os alunos estavam em número reduzido, assim como os profissionais que iriam promover esta política estavam

devidamente instruídos e sabiam como proceder para que o sistema desse certo, e funcionou. Mas quando a proposta se ampliou para toda a rede pública de São Paulo, aí os problemas começaram a aparecer, e o que surgiu como uma forma de aperfeiçoamento do ensino público passou a acarretar outros problemas advindos desta imposição, que agora era prevista pela lei.

A aprovação automática passou a configurar uma realidade que necessitava de estrutura pedagógica, por parte das instituições de ensino, para que fosse estabelecida com sucesso. Note que a conjuntura da época fazia com que essa nova medida fosse completamente plausível, tanto pelo motivo econômico, com relação ao fluxo escolar, quanto pelos impactos do fracasso escolar principalmente nas séries do ensino básico.

Portanto, juntamente com sua implantação, outras questões passaram a ser apontadas no debate da aprovação automática como, por exemplo, as que se referiam à necessidade de adoção aos novos métodos que seriam postos em prática, para dar conta da heterogeneidade das turmas que poderiam se formar. Isto veio acompanhado do discurso de que “o programa estaria destinado ao fracasso se os seus executores – professores e gestores – não estivessem convencidos de sua utilidade.” (TURA; MARCONDES, 2011, p.101)

### **Implantação do sistema de ciclos, Progressão continuada e Inclusão formal dos anos 90**

Foi na década de 80 que começou a ser implantado o sistema de ciclos. Depois de intensos debates a respeito das falhas no ensino básico – como a repetência, evasão escolar em massa, desorganização e disparidade entre idade e série – entrou em vigor o *Ciclo Básico de Alfabetização* no Estado de São Paulo, no ano de 1984, compreendido como uma política de não reprovação.

Vou abrir um parêntese para discutir um pouco sobre a política de ciclos, que muitas vezes é, erroneamente, confundida com a aprovação automática. Segundo Fernandes:

Os ciclos não são um método de ensino. Os ciclos dizem respeito à forma de distribuição/organização/partição dos anos que os alunos passam na escola. Podemos organizar esse tempo dividido ano a ano (séries/organização seriada), como podemos

organizar/dividir esse tempo de dois em dois anos, três em três anos, quatro em quatro anos (ciclos/ organização em ciclos). Entretanto, tal distribuição diferenciada (por ciclos) traz implicações profundas não só na forma de avaliar, como também na forma de se organizar o conhecimento escolar ao longo do tempo, na relação professor-aluno, nas relações família/escola, na cultura escolar. (FERNANDES, 2010, p.2)

É necessário frisar que tal medida não foi instaurada sem prévio estudo do assunto. Muito se discutiu, e não demorou muito para que diversas outras cidades e municípios do Brasil aderissem ao sistema.

Os professores, no entanto, já acostumados a realizar seu trabalho na concepção de uma escola seriada, princípio que não estava mais em vigor em algumas escolas, mas não todas, tiveram que se reorganizar e enfrentar outros desafios como com exemplo, lidar com a diferença no ritmo de aprendizagem e valorizar os pontos de vista do aluno, assim como seus interesses e estilos. Porém, esta tarefa não foi fácil, principalmente porque os ciclos acabavam por unir, em uma mesma turma, alunos de diferentes “níveis” de aprendizagem.

Durante os anos 90, a polêmica análise acerca do fracasso escolar, mudou de rumo. Às políticas de não reprovação seguiram-se de mudanças drásticas no sistema educacional como podemos verificar através do trecho de Freitas, professor titular da UNICAMP, ao analisar a situação da época:

Nos anos 90 criou-se um “sentimento de inclusão” nos meios educacionais baseado no fato de que 97% das crianças em idade escolar encontraram vaga nas escolas. Temos nos impressionado com maior freqüência com essa inclusão formal e discutido menos as finalidades dessa inclusão. O termo exclusão foi habilmente substituído pelo da inclusão, sem exame do “para quê” incluir. (FREITAS, 2009, p. 1)

O problema apontado por Freitas seria, no caso, a inclusão sem planejamento. Enquanto antes, a preocupação era que os alunos estivessem na escola, neste contexto passou a ser a quantidade de alunos que estavam na escola, mas sem garantia de que estavam recebendo uma educação de qualidade. O que nos remete a pensar que, se antes o processo de exclusão se dava de fora para dentro, agora o sistema adquirira uma propriedade de exclusão de dentro para fora. Onde a própria instituição escola tornara-se

ineficaz. O mesmo que tapar o sol com a peneira, visto que um problema foi trocado por outro.

Assim sendo, a “inclusão formal dos anos 90 apenas deu margem ao fortalecimento de novas formas de exclusão escolar (...). Portanto não se caminhou nem em direção à democratização da aprendizagem (ainda que se tenha democratizado o acesso) e muito menos em direção à democratização política (nem da escola e nem da sociedade).” (FREITAS, 2009, p1)

Neste cenário descrito acima, as políticas de ciclos continuavam sua expansão, e com elas a *progressão continuada*, como método avaliativo.

É muito importante diferenciar a aprovação automática da *progressão continuada*. A última refere-se a não interrupção de um ciclo, isto é, deixar que o aluno se desenvolva durante o período do ciclo sem cessar com a continuidade do mesmo.

Essa implicação da *progressão continuada* também traz mudanças profundas para a organização escolar, pois a avaliação no meio escolar é um processo que envolve muito mais do que somente aprovação ou reprovação. Não se avalia apenas para aprovar ou reprovar os alunos. A *progressão continuada* traz como princípio a idéia de que todos os alunos são capazes de aprender, que cada pessoa tem seu ritmo próprio de aprendizagem e que seu processo de aprender não deve ser interrompido ano a ano, da mesma forma que uma criança não é reprovada pelo simples fato de não ter aprendido a andar aos 12 meses de idade. Portanto, a *progressão continuada* mantém uma coerência com os princípios teóricos dos ciclos de escolaridade. (FERNANDES, 2010, p. 2)

O sistema de ciclos, que teoricamente funcione, deve promover, entre outros objetivos, o desenvolvimento do aluno, correlacionando educação e experiências sociais. Deve abranger um estudo crítico da atualidade, assim como influenciar na sua independência, de forma que o mesmo se torne responsável, e responda por si, em todos os assuntos referentes à escola. Além da tradicional formação e instrução.

Outra característica do sistema de ciclos é a *progressão continuada*. Porém, para o funcionamento deste sistema, é necessário intenso comprometimento por parte dos gestores, e professores, para que a escola não siga por um caminho contrário ao que se deseja.

A exclusão característica do sistema de ciclos é consequência direta de um fator que, segundo Freitas, deve ser evitado a todo custo; que seria a “troca da avaliação formal pela valorização da avaliação informal.”.

Ao avaliar, em um sistema de ciclos, os critérios se dividem em um plano formal e informal, para que se obtenha a complexa avaliação do conhecimento adquirido e da formação de valores do aluno.

No plano da avaliação formal estão as técnicas e procedimentos palpáveis de avaliação com provas e trabalhos que conduzem a uma *nota*; no plano da avaliação informal, estão os *juízos* de valor invisíveis e que acabam por influenciar os resultados das avaliações finais e são construídos pelos professores e alunos nas interações diárias. Tais interações criam, permanentemente, representações de uns sobre os outros. (FREITAS, 2009, p. 2)

Desta forma, compreende-se que a avaliação formal abarca toda a fundamentação teórica e prática referente ao conteúdo; enquanto a informal atua no campo do “invisível”, ou seja, o que não é concreto, mas que pode ser observado, todos os dias, pelo professor, através do comportamento do aluno.

O problema é que a exclusão interna é resultado justamente desta avaliação informal, mal empregada. Isto porque quando a avaliação informal, aos poucos, foi tomando o lugar da formal, ela assumiu uma postura perversa.

O fato é que esta forma de avaliar, quando admite uma importância maior que a formal e assume uma dimensão perversa, atinge diretamente a auto-estima das crianças. Desta forma “adiam a eliminação do aluno e internalizam o processo de exclusão, permitindo maior tempo para a formação de atitudes de subordinação e obediência, típicas das estruturas historicamente construídas na escola” (FREITAS, 2009, p3)

### **Atual conjuntura do Rio de Janeiro**

Antes de tudo, é importante colocar que não houve uma linearidade nos acontecimentos. Houve redes de ensino que aderiram ao sistema de ciclos, outras não. Por exemplo, no município de Niterói, em 1999, toda a rede do Ensino Fundamental aderiu ao

sistema. Em São Paulo adotou-se, em um primeiro momento, apenas a progressão continuada. E no Rio de Janeiro, o primeiro ciclo foi implantado apenas em 2000.

O primeiro ciclo que fora formado no Rio, era para atender alunos de 6, 7 e 8 anos, em classes de alfabetização. A proposta foi apresentada como “uma nova organização curricular, uma outra forma de estruturação do tempo escolar.” Nesta época também foi anunciado que depois de consolidado, este sistema se expandiria para todo o ensino Fundamental.

Em 2007, outros dois ciclos foram implantados, de forma que todo o Ensino Fundamental fosse contemplado. O primeiro ciclo, já existente, compreendia alunos do 1º, 2º e 3º anos. O segundo ciclo, alunos dos 4º, 5º, e 6º. E o terceiro, dos 7º, 8º e 9º anos.

A proposta do 2º e 3º ciclo de Formação do Município do Rio de Janeiro englobou, entre outras, mudanças na forma de gestão da escola para atender a nova organização pretendida. Isso foi objeto de muitas determinações oriundas da Secretaria Municipal de Educação (SME) e os/as diretores/as das escolas participaram de longas reuniões nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) para estar a par do que se pretendia. (TURA, MARCONDES, 2011, p.106)

Segundo pesquisas realizadas pelo Censo Escolar, verificou-se que de 1999 a 2002, o percentual de escolas organizadas pelo sistema de ciclos cresceu, mas mesmo assim o total de escolas brasileiras, trabalhando no regime de ciclos atingia, apenas, a marca de 19,4% – Contando escolas que se organizavam em sistemas de séries e ciclos concomitantemente.

Portanto, de acordo com esta informação, e de posse de todo conhecimento da história que precedeu estas medidas, já pode-se traçar os levantamentos da pesquisa, levando em consideração que não são todas as escolas públicas que aderem ao sistema de ciclos. Embora existam municípios adotando a medida, ela é entendida e praticada de maneiras diferentes.

Quanto à legislação, ela é bastante aberta neste sentido, diz que os sistemas de ensino podem se organizar em anos, ciclos, etapas, fases, etc. – A única exigência é que o EF tem que ser cumprido em nove anos agora, caso não haja repetência. A aprovação

automática, por si só, não é prevista pela lei, entretanto, a LDB fala em um método avaliativo que seja contínuo e qualitativo.

Segundo a LDB:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

## 5. Metodologia

A pesquisa que apresento foi um estudo qualitativo, No qual as questões foram levantadas não de forma a buscar dados específicos, números e porcentagens exatas. No lugar disto, ela teve sua consistência baseada em estudos teóricos, análise documental e entrevistas sobre as políticas públicas existentes no momento, e que visam amenizar a questão do fracasso escolar.

Trata-se de um estudo que busca a obtenção de dados descritivos, que serão coletados com pessoas que estejam interadas sobre o assunto, e participem ativamente do cotidiano do problema, isto é, pessoas que realmente estejam vivenciando a situação.

Em relação à construção do objeto de pesquisa, tive o cuidado de interpretar os textos e escolher as referências, analisando não apenas o conteúdo, mas também o ano de sua publicação de forma a encaixar, tais argumentos, com o contexto da época correspondente.

As fontes consultadas foram cuidadosamente analisadas. E a pesquisa ainda contou com um enfoque indutivo, de forma a se obter mais de uma opinião acerca de um determinado ponto de vista.

O complemento desta pesquisa se dará nas entrevistas e na análise de documentos.

Os resultados deste estudo estão voltados para a melhoria do ensino público. Acredito que analisar como vêm sendo feitas as avaliações, constatar os problemas e levantar soluções é de extrema importância para que possamos melhorar o ensino.

Quanto aos alvos que quero alcançar com este trabalho, penso que se puder contribuir, o mínimo que seja, para desenvolver novas práticas pedagógicas, mais lógicas que as atuais – isto é, que contribuam para o desenvolvimento, estimulem o aluno e que não prejudiquem o nível da exigência dos conteúdos – então estarei satisfeito.

Propiciar uma pesquisa objetiva, com embasamento, e argumentos lógicos e que não fujam do assunto principal, é também um resultado que busco. Pois, propiciar um trabalho de qualidade também é importante, visto que outros pesquisadores podem utilizá-lo como alicerce para promoverem outras pesquisas inovadoras e que irão beneficiar a educação pública e, portanto, indiretamente, terei contribuído novamente.

Meu esforço em trazer para esta análise informações cuidadosamente verificadas, se dá unicamente com o objetivo de que cada vez mais o Brasil seja um país que propicie para seus alunos, uma educação de qualidade, no lugar de apenas fornecer uma mera vaga na escola, mas sem munir seus freqüentadores com a instrução necessária.

## 6. A Pesquisa e seus achados

A pesquisa se deu a partir de questionários enviados a cinco professores da rede pública, de bairros distintos, de maneira que se pudesse ter um panorama um pouco mais geral de como se configura a avaliação nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Portanto este foi pensado de forma que pudesse saciar as dúvidas e suspeitas em relação à maneira como essa avaliação tem sido feita, na prática.<sup>1</sup>

Optei por apresentar, portanto, as respostas dos entrevistados para posteriormente fazer as análises.

**Nome:** Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

**Idade:** 40

**Formação:** Graduação em Geografia , graduando em Pedagogia, normal pós-médio, licenciatura latu sensu em Geologia e mestrando em memória social

**Tempo de formação:** Geografia ( 12 anos)

**Bairro onde leciona:** Tijuca

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?** 5 anos

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

Não foi erradicada, hoje a SME determina que a aprovação automática seja feita no primeiro ciclo, ou seja, até o final do 3º ano, quando se entende que terminou o processo de alfabetização.

---

<sup>1</sup> Anexo 1: Questionário enviado a alguns professores de escolas públicas com o objetivo de analisar as avaliações, os incentivos e cobranças do governo, e a opinião destes profissionais a respeito de como isto vêm sendo feito.

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal/Estadual? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

Tem até autonomia, mas existem avaliações específicas que devem ser aplicadas.

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

Acredito que isso dependa muito do professor e da direção, é fato que o número de reprovações conta negativamente para a instituição, inclusive para o recebimento do 14º salário, então acredito que seja provável que ocorra sim de forma informal, da mesma maneira que um professor pode entender que não deva reter o aluno por diversos motivos, a verdade é que o professor possui certa autonomia nessa decisão em conjunto com a direção.

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

Sim

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

Para os alunos na grande maioria

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**

Isso é fato. Em nível para professor 14º salário quando a escola atinge meta, cursos de capacitação e vale livros, além de computadores. Para alunos: Computadores, material didático, bolsa – família, entre outros.

---

**Nome:** Igor Peçanha Freitas

**Idade:** 33 anos

**Formação:** Licenciatura em Educação Física pela UFRJ; Pós graduação em Psicomotricidade pela Universidade Candido Mendes - Rj; Pós graduação em Educação Física Escolar pela Universidade Gama Filho –RJ.

**Tempo de formação:** 4 anos (graduação)

**Bairro onde leciona:** Tijuca, RJ.

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?**

2 anos e meio.

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

Não. Pois para um aluno ser reprovado é necessária a combinação de fatores que, na realidade, quase nunca acontecem. Desta forma, é comum encontrar alunos que ainda não estão alfabetizados no 3º ou 4º anos.

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

Não. As avaliações são entregues às professoras sem que elas tenham participado de sua elaboração.

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

Sim. Ela ocorre por intenções políticas para criar dados estatísticos fantasiosos.

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

Em termos. Acredito que o governo dá incentivos para que o aluno frequente a escola para manter dados estatísticos interessantes. A qualidade da educação fica em segundo plano e, normalmente, o aluno é aprovado.

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

Para os alunos.

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**

Sim. Eles já existem. Os professores das escolas que batem suas metas recebem 14º salário. No entanto, ainda não sei exatamente como este sistema de remuneração funciona.

---

**Nome:** SANDRA MENDES MOREIRA

**Idade:** 40 ANOS

**Formação:** PEDAGOGIA E ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Tempo de formação:** 6 ANOS

**Bairro onde leciona:** HUMAITÁ

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?** 3 ANOS

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

Não, pois as crianças do 1º e 2º anos só podem ser reprovadas por faltas e no 3º ano para se reprovar uma criança temos que entregar um relatório minucioso, com muitas evidências e após muita negociação entre a direção e as responsáveis pela CRE podemos reprová-lo. Saliento ainda que no próximo ano essas crianças passarão por uma reavaliação, que dependendo do resultado poderão ser reclassificadas para o 4º ano.

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

As provas elaboradas pela SME seguem para todas as escolas e devem ser aplicadas num dia estabelecido também pela SME. As professoras podem fazer as suas avaliações e o fazem. O que acontece muitas vezes é que no boletim a nota das provas da prefeitura, que são mais fáceis, pois são de múltipla escolha, estão destacadas e os pais reclamam que seus filhos tiraram notas altas nas provas da SME e notas muito diferentes nas provas que as professoras elaboraram, pois são feitas a partir do que foi trabalhado em sala e que exigem que o aluno pense melhor e aplique o que aprendeu para respondê-las.

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

Não é dita na mídia, mas acontece de maneira aberta nas orientações que recebemos nos conselhos de classe e centros de estudos. Não podemos reprovar alunos do 1º ao 3º anos.

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

As crianças recebem informalmente dinheiro, pois participam de programas de bolsa (Carioca e Família) e se analisarmos as provas também facilitam a vida do aluno, muitas delas são tão fáceis que até eles riem das perguntas, fora que as professoras são orientadas a lerem para os alunos as provas.

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

Há sim um sistema meritocrático, por desempenho sendo implantado no município do Rio de Janeiro, o tão afamado 14º salário para as escolas que batem a meta. É sempre um grande ponto de discussão, pois sabemos que há professores e escolas que forjam seus resultados.

E há também para as famílias, as bolsas. As bolsas só exigem que o aluno mantenha a média de notas e que tenham mais de 75% de presença.

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**

Como já descrito acima, sim há incentivo financeiro e uma formatação dos materiais e provas para que o aluno obtenha bons resultados, mas na minha avaliação nós estamos sendo forçadas a enganar o aluno, treinando-o para a prova da SME e não para desenvolver suas capacidades cognitivas.

Há muitas resistências, muitas nem abrem as apostilas, outras apenas usam como mais um tipo de exercícios e continuam com os seus métodos.

---

**Nome:** Barbara C M Santos

**Idade:** 38 anos

**Formação:** mestrado em gestao

**Tempo de formação:** 1 ano

**Bairro onde leciona:** Municípios de Nova Iguaçu e Caxias

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?**

5 anos

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

Oficialmente, no município do Rio, conforme veiculado sim... Porém sabemos que a escola é submetida a um quantitativo máximo de reprovação, sendo assim obrigada a aprovar quem não teve todas as habilidades e competências adquiridas.

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal/Estadual? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

A intenção de usar determinado instrumento para avaliar é presente, porém, como as escolas públicas passam por avaliações externas, para que se tenha um fracasso minimizado, as escolas acabam adotando o padrão externo de avaliação.

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

Sim, como mencionado na primeira questão desta entrevista. As secretarias estipulam metas, pressionam as direções pelos resultados obtidos, constroem as equipes que não atingem a meta. Isso tudo faz com que a escola tente se enquadrar nos moldes oficiais.

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

Sim, várias escolas já receberam prêmios por bom desempenho. O 14º salário é prova disto.

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

Penso que para ambos, pois como nas duas prefeituras que conheço não há premiação, só constrangimento, acredito em colegas de outras redes que dizem ter alunos premiados em avaliações externas.

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**

É claro o interesse do governo nas avaliações, pois ele também recebe incentivos internacionais por bom desempenho. Penso que a solução dos problemas enfrentados hoje na escola pública seria a troca de investimento: ao invés de investir em bolsa família, a União deveria investir em profissionais especializados nas escolas, como por exemplo, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos... nem tudo depende do aluno, nem tudo depende do professor, porém a este último é atribuído todo o fracasso da educação. Isto seria impossível, pois os chefes de estado nunca mais seriam eleitos, já que o “assistencialismo” é bandeira de muitos!

---

**Nome:** Fernanda Gomes de Souza

**Idade:** 30 anos

**Formação:** Superior - Pedagogia

**Tempo de formação:** Conclui em 2008

**Bairro onde leciona:** Grajaú

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?**

2 anos e 3 meses

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

Não. Até o 3º ano o aluno não pode ser reprovado. Somente por falta.

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

Existe a prova elaborada pela SME de múltipla escolha. As outras avaliações ficam a critério do professor. O conceito final no primeiro segmento é global.

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

Sim. Em muitas escolas existe uma pressão para não reprovar aluno.

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

Sim.

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

Para as instituições escolares.

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião, tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**

Sim. As escolas que possuem uma nota alta no IDEB (que inclui avaliações externas e índices de aprovação e baixa evasão escolar)

---

### **As análises**

Nesta análise não entrará em mérito se a aprovação automática é ou não correta. Mas o fato é que muito se fala na sua erradicação enquanto os próprios professores argumentam que a mesma continua a existir.

O que também foi falado é a respeito da dificuldade de se reprovar um aluno, pois seria necessário um relatório minucioso, tal como a falta de liberdade para que os professores façam suas próprias avaliações, podendo fazê-las, entretanto tendo que, posteriormente, responder a reclamações e pressão por parte dos pais e da escola.

Ao entendermos que cada sala de aula é única e que o conhecimento que se constrói não é o mesmo, e irá variar, dependendo: do lugar, da questão social, do conhecimento prévio dos alunos e até mesmo do tempo que cada um leva para aprender, o fato de haver uma prova única é totalmente contraditório. O argumento a favor da avaliação única é que todos devam tratar os conteúdos correspondentes ao ano em que o educando está, entretanto excluí todo o resto do conhecimento que é construído e que independe do conteúdo previamente estipulado.

Durante uma aula, as possibilidades de aprendizagem são inúmeras. Portanto é necessário frisar o quanto é importante levar em consideração a opinião do professor, que diariamente convive com aqueles alunos, sabe de suas capacidades e sabe exatamente o que trabalharam no dia a dia, assim como a ênfase que deram a cada conteúdo. Tal ponto de vista, portanto, não deve ser excluído e muito menos resumido a uma prova genérica que nivela – por cima ou por baixo.

Estas avaliações, quando muito fáceis, são motivo de chacota, inclusive para os alunos, que conforme foi dito nos questionários, as ridicularizam, fazendo perder

totalmente seu caráter avaliativo, além de serem incompatíveis com os conhecimentos tratados durante o percurso. Ela irá fazer com que fiquem “mal acostumados” com a facilidade da mesma. Então o aluno, ao se deparar com provas aplicadas por instituições exteriores à escola, inclusive o vestibular, irá se deparar com uma avaliação que o fará pensar, e não acostumado com isto, o aluno se encontrará em desvantagem.

Quando muito difíceis, ou quando não contemplarem o conteúdo que foi dado ênfase na sala de aula, estas provas genéricas terão um caráter negativo, que desestimularão os alunos simplesmente por não corresponderem com o que aprenderam. Isto faz com que a própria aula perca seu mérito e seu valor, afinal, qual o objetivo de aprender determinado conteúdo quando no momento da avaliação será cobrado outro?

Ao refletir sobre isto, podemos colocar na balança e analisar a possibilidade de uma avaliação formativa realizada por parte do professor. Esta terá um caráter específico e irá contemplar exatamente o que foi trabalhado durante as aulas. Assim o professor também poderá levar em consideração aspectos que uma prova universal não pode classificar, como a participação nas aulas, o interesse, os trabalhos feitos em casa e em grupo, enfim, desta maneira, o professor ganha autonomia para colocar validade em questões tão ou mais importantes que a prova.

Ao pensar em funções referentes às escolas, não se deve limitá-las à transmissão de conteúdo, e sim abarcar nestas atribuições o compromisso de incluir, criar, transformar, perpetuar valores, enfim, a escola deve influenciar positivamente o aluno para que este continue estimulado. Entretanto, como se pode exigir isto do professor, se o sistema, no qual o mesmo está inserido o força a agir de acordo com um critério avaliativo que não condiz com tais argumentos. Testar seus conhecimentos através destas provas, ignorando completamente o conhecimento construído no cotidiano da sala de aula, poderá acarretar no desestímulo destes alunos, podendo, inclusive, condená-los à reprovação ou à banalização da escola. Indiretamente isto influencia no índice de evasão escolar.

Por sua vez, o governo aplica uma série de avaliações que não correspondem e não contemplam a função social da escola. A Prova Brasil, por exemplo, tem como principal objetivo avaliar a aprendizagem dos alunos da rede pública e analisar o andamento dos estudos nas escolas, nos municípios e estados do país. Segundo o Ministério da Educação, trata-se de um exame como outro qualquer, mas com maior importância, pois os dados

coletados são para calcular o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. E, além disto, a Prova Brasil tem a função de nortear decisões administrativas e também pedagógicas nas escolas, e assim desenvolver metodologias de ensino para melhorar o aprendizado dos alunos de 5 a 9 ano. O contraditório é que, num país de dimensões continentais como o Brasil, o Estado não tem capacidade de enxergar, valorizar e tirar proveito das diferenças culturais e regionais.

Ao invés disto, entendemos que a aplicação de uma prova única para todo este imenso país irá avaliar por igual e trazer a real situação acerca do desenvolvimento escolar.

Isto é, no mínimo, uma piada. É subestimar a capacidade dos professores e resulta na desvalorização destas diferenças regionais. Por acaso não seria muito mais interessante permitir que os conhecimentos escolares estejam vinculados com a realidade dos educandos e da cultura que os cerca? Afinal, a aplicação de avaliações como esta são apenas uma tentativa de homogeneizar e padronizar uma educação que, na realidade, exhibe milhões de facetas.

Em relação específica à adoção da aprovação automática, embora ela não seja oficial e, exista um discurso sobre qualidade da educação assentado nas provas, no mérito e nas aprendizagens necessárias para que o estudante prossiga, encontramos nos depoimentos, relatos que demonstram sua existência na forma mais perversa:

*Porém, sabemos que a escola é submetida a um quantitativo máximo de reprovação, sendo assim obrigada a aprovar quem não teve todas as habilidades e competências adquiridas. (Entrevistada Bárbara)*

*Sim, como mencionado na primeira questão desta entrevista. As secretarias estipulam metas, pressionam as direções pelos resultados obtidos, constroem as equipes que não atingem a meta. Isso tudo faz com que a escola tente se enquadrar nos moldes oficiais. (Entrevistada Bárbara)*

*Não é dita na mídia, mas acontece de maneira aberta nas orientações que recebemos nos conselhos de classe e centros de estudos. Não podemos reprovar alunos do 1º ao 3º anos. (entrevistada Sandra)*

A aprovação automática, conforme existia antigamente, e justificada pelo prosseguimento do fluxo escolar realmente não existe mais. O que ocorre atualmente é uma aprovação, indiscriminada, que tem por embasamento a obtenção de resultados. Resultados esses que serão apresentados para a secretaria, afim de que a escola receba incentivos. E que por sua vez o governo irá apresentar externamente, para conseguir os incentivos internacionais.

Ou seja, tudo não passa de um grande teatro. Onde resultados são forjados, a fim de mascarar uma situação preocupante. Enquanto o governo lança propagandas que afirmam que o IDEB tem subido a cada ano, mais e mais crianças estão sendo vítimas de uma avaliação excludente.

A partir destes depoimentos se consegue ver claramente que professores, diretores e secretaria são manipulados para fornecer um resultado forçado. Que por sua vez irá justificar o recebimento de uma verba, que é paga como incentivo, justamente para que a escola melhore. Entretanto, é mais fácil pressionar e constranger as equipes que não atingem as metas, do que fornecer alicerces para que a educação se desenvolva corretamente.

### **A questão da heterogeneidade das turmas**

A aprovação automática está alicerçada na ideia de uma escola seriada, na qual pressupõe aprovação ou reprovação. Aprovar todos os alunos em um sistema seriado que possui a lógica de que todos devem aprender de forma igual em tempo igual, coloca muitas contradições para o interior da escola. No sistema de ciclos, no qual a progressão continuada é percebida como natural ao processo de aprender e ensinar, a aprovação automática não faz sentido, uma vez que as diferenças são princípios que fundamentam a pedagogia em uma escola em ciclos.

No contexto dessa pesquisa, em que os professores entrevistados trabalham na rede municipal do Rio de Janeiro que possui um sistema anual/seriado, a questão da aprovação automática é contraditória com a realidade das turmas e sua formação.

Partindo para uma resolução prática de um problema levantado nos primeiros capítulos deste trabalho, como um professor pode se colocar diante de uma turma mista? Isto é, uma classe dividida entre alunos que sabem o conteúdo enquanto outros são, muitas vezes, são taxados de incapazes.

Primeiramente há de se repensar sobre se este fato realmente se configura em um problema. Afinal a diversidade de uma turma pode ser usada a favor do professor e do desenvolvimento da mesma. É tudo uma questão de ponto de vista e de como o educador irá encarar essa situação.

A homogeneidade das classes é um assunto que por si só já remete à desvalorização de alunos supostamente atrasados; entretanto, quando um educador se coloca diante de um grupo de alunos, ele deve entender que está na presença de diferentes personalidades, alunos com diferentes experiências de vida e que possuem diferentes tempos de aprendizagem. Eles não diferem apenas em um aspecto, a disparidade entre eles é muito grande, entretanto é justamente esta variedade que trará riqueza à sala de aula.

Levando em consideração ainda a teoria das inteligências múltiplas, e sabendo que cada um tem certo tipo de astúcia voltada para determinada área, o professor, na realidade, não possui uma turma em que uns sabem menos e outros sabem mais. Pois, para proferir tal afirmação seria necessário identificar de que conhecimento se está falando. Isto é, um aluno pode ser bom em matemática e não ser bom em artes e português, por exemplo, enquanto outro pode ter uma ótima memória para a história e a geografia e não conseguir gravar nada de ciências; e assim por diante.

Visto que tais habilidades irão configurar uma turma rica, não apenas nas personalidades mas também em relação à facilidade de aprendizagem em diferentes áreas da educação, cabe ao professor tomar proveito disto para fazer a turma, como um todo, se desenvolver.

Segundo Duran, quando um professor está diante de uma turma heterogênea ele pode se sentir:

(...)“sozinho diante de todo um grupo de alunos , logicamente, diversos. Diversos em tudo e, também, no nível de competências ou conhecimento. Para equilibrar um pouco o “combate”, o professor imagina-se que está diante de um único aluno “médio”, ao qual

ensinará em uma espécie de relação platônica um a um. Fará diálogos (que acabarão sendo monólogos ou exposições, porque os alunos, como são muitos, não têm grande possibilidade de se expressar) e proporá atividades para seu “aluno imaginário”(para resolver individualmente), porém a realidade – a diversidade do alunado – certamente impor-se-á e o professor fracassará em sua tentativa de simplificar aquilo que é complexo e, seguramente, potencialmente riquíssimo.” (DURAN, 2008, p.14)

Novas técnicas da didática vêm mudando a forma de se encarar situações como esta, que eram considerados problemas, mas que na verdade oferecem um campo extremamente propício para a aprendizagem.

Um exemplo disto seria a técnica de “tutoria entre iguais”, que é um método de cooperação entre os alunos, de forma que se tire proveito desta diversidade. Afinal “o professor, ao se reservar o monopólio do papel de mediador e ao se colocar isoladamente a ajudar a ensinar a todos e a cada um de seus alunos, verifica que não “atinge” todos eles e se vê pressionado por não atendê-los individualmente, observá-los e avalia-los. (DURAN, “Utilizar Pedagogicamente as Diferenças entre Alunos: Uma prática de tutoria entre iguais”, 2008, p.14)

Esta reflexão nos remete ao pensamento de que a diferença não deve ser vista como um aspecto negativo, e sim como uma possibilidade de que os educandos se desenvolvam não apenas com o auxílio do professor, e sim de maneira plena, se utilizando do conhecimento dos colegas como alicerce para prosseguir com a aprendizagem e valorizando o próprio conhecimento do aluno.

A técnica de “tutoria entre iguais”, por exemplo, consiste em um método no qual o professor coordena uma tutoria, onde o aluno que possui mais conhecimento em determinado conteúdo, auxilia o colega com dificuldades, entretanto, este papel deverá, posteriormente, ser invertido. Deve-se frisar que o aluno que tem dificuldades em determinado conteúdo, pode ser muito bom em outro, portanto os papéis devem ser trocados, inclusive para que não se reforce a ideia de que determinado aluno é sempre o que necessita de ajuda. E também deve-se lembrar que ao ensinar, o aluno consolida seu conhecimento; o que também faz ser benéfico para ambos.

Desta maneira, através da cooperação, o educador consegue tirar proveito das diferenças e promove a diversidade, tirando seu caráter pessimista e fazendo-a assumir um novo significado.

## 7. Para concluir

Este trabalho procurou ser o mais preciso possível para ser utilizado como fonte para que outros autores possam se utilizar dele para desenvolverem seus projetos e pesquisas. Os problemas que foram apontados, através da análise de documentos e da pesquisa, são recentes, e são frutos de um sistema organizacional e política de benefícios, que possui falhas.

O incentivo que é dado atualmente deveria ter o objetivo de influenciar positivamente para que melhorias continuassem a acontecer de maneira natural, através de um trabalho contínuo e verdadeiro. Mas ao invés disto assume uma postura cruel ao passo em que o desenvolvimento que deveria acontecer de maneira cômoda e gradativa, passa a ser um resultado coagido.

A educação precisa, urgentemente, de estímulos, isto é inegável. Porém parece que sempre há uma maneira de driblar o caminho correto que deveria ser seguido para alcançar os benefícios sem que o objetivo fosse cumprido. E isto vai acarretar em outros problemas, outras situações mal resolvidas e irá reforçar um resultado não condizente com a realidade.

Um longo caminho ainda tem que ser seguido, para que alcancemos uma educação pública de qualidade que realmente contemple todas as funções da escola, que abarque o conhecimento de maneira plena, isto é, valorizando não a padronização, e sim a diferença, e que tenha um compromisso social, de formar, transformar, construir; de fazer valer a individualidade, a valorização das aptidões, deve ser uma educação que não apenas integre o aluno, mas que, além disso, o inclua. Chegar a este modelo de educação não será fácil, mas certamente não é impossível, e através de profissionais capacitados e empenhados em realizar esta mudança, certamente conseguiremos.

## 8. Referências Bibliográficas

DURAN, D. “Utilizar Pedagogicamente as Diferenças entre Alunos: Uma prática de tutoria entre iguais”, Rio de Janeiro: WAK Editora, 2008

FERNANDES, C. “Promoção Automática na década de 1950” – uma revisão bibliográfica na RBEP. Brasília, *RBEP* V.81, n.197, p.76-88jan., /abr.2000.

FERNANDES, C. “Aprovação automática em debate: é possível uma escola sem reprovação? Rio de Janeiro, *Revista Nova América*, 2010, 2 páginas.

FERNANDES, C. “As concepções de professores de Municípios do Rio de Janeiro acerca da organização da escolaridade em ciclos e sua formação.” Relatório de Pesquisa. FAPERJ, Rio de Janeiro , 2007.

FREITAS, L. “A lógica da escola e a avaliação da aprendizagem” São Paulo, Ed. Cortez, 2009.

MAINARDES, J. “A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades.” RBEP, Brasília, v.79, n.192, maio/ago. 1998.

MAINARDES, J. “Reinterpretando os ciclos de aprendizagem.” São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MARCONDES, M. TURA, M. “O mito do Fracasso Escolar e o fracasso da aprovação automática”, Janeiro/Abril 2011

## 9. Anexo 1

### Questionário

*Nenhuma informação particular será utilizada ou divulgada por esta pesquisa.*

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Tempo de formação:**

**Bairro onde leciona:**

**-Há quanto tempo você trabalha na rede pública?**

**-Quando se fala de aprovação automática, atualmente, no Rio de Janeiro, muitas pessoas podem afirmar que não existe mais. Inclusive existe determinada propaganda política que afirma que a mesma foi erradicada. Você concordaria com esta afirmação?**

**-Como funcionam as avaliações feitas hoje na escola municipal/Estadual? O professor possui autonomia para escolher a forma de avaliar ou segue um padrão estabelecido?**

**-De acordo com o que você observa, você diria que a aprovação automática acontece de maneira informal? Isto é, ela acontece de maneira extra-oficial, porém incentivada por algum fator?**

**-Você diria que o governo dá incentivos para que os alunos sejam aprovados?**

**-Esses incentivos são direcionados para os docentes ou para alunos?**

**-Sabe-se que é interesse do governo que haja uma melhora em notas como IDEB. Na sua opinião, tal interesse poderia ser revertido em incentivos? Já existem? Como?**